



# CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

## CONCURSO PÚBLICO

### 008. PROVA OBJETIVA

#### PROCURADOR JURÍDICO (CÓD. 009)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de números **01** a **09** foram elaboradas tendo como base o texto de Reinaldo José Lopes, a seguir.

#### Em livro ambicioso, sociólogo analisa incertezas do futuro

Falta de ambição claramente não é o problema de *A Era do Imprevisto: A Grande Transição do Século 21*, novo livro do sociólogo mineiro Sérgio Abranches. Se o leitor já se perguntou, como imagino, que diabos está acontecendo com o mundo nos últimos anos e o que pode vir daqui para a frente, a obra do especialista formula algumas respostas – imaginativas, provisórias e diabolicamente complicadas.

Ele tem se especializado na interface entre política global e questões ambientais, uma conexão que, por si só, já seria suficiente para produzir calvície e gastrite nos espíritos mais serenos. Esse eixo político-ambiental está no cerne do livro, mas o sociólogo também tenta investigar como a ascensão das redes sociais pode afetar a organização da sociedade do futuro; como o conhecimento emergente (biotecnologia, nanotecnologia, inteligência artificial) pode transformar a vida humana neste século; e o que a tradição filosófica ocidental e as descobertas da biologia evolucionista têm a dizer sobre nossa natureza e nosso futuro como espécie.

Para Abranches, a sede de ir ao cerne de todas essas questões existenciais se justifica pelo próprio subtítulo do livro: estaríamos vivendo “a grande transição do século 21”, um ponto de virada tão importante, à sua maneira, quanto o Renascimento do século 16 ou a Revolução Industrial do século 18.

Num cenário fulcral como esse, nada mais lógico que tudo pareça bagunçado e em crise permanente. Estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais velhas ainda estão se encaminhando lentamente para o leito de morte, enquanto suas substitutas passam por um parto difícil. Resultado: sensação perpétua de caos e desalento, ainda que o momento também esteja repleto de potencialidades positivas.

Abranches está convicto de que a falta de controle sobre o capitalismo tem solapado o funcionamento das democracias. “As leis de mercado são hoje um eufemismo que designa a combinação entre controle oligopolista e hegemonia do capital financeiro”, resume. Nesse cenário, poucos decidem os destinos de bilhões.

Onde ver esperança? Para Abranches, será crucial usar as possibilidades do ciberespaço para criar um modelo de participação política mais direto, evitando que a democracia representativa se transforme de vez em oligarquia. Resta saber como fazer isso sem que as redes sociais se transformem numa reunião de condomínio improdutiva de dimensões planetárias.

(Reinaldo José Lopes, *Folha de S. Paulo*, 27.05.2017. Adaptado)

**01.** Ao analisar o livro de Abranches, o autor do texto destaca

- (A) a retomada dos modelos econômicos do Renascimento e da Revolução Industrial, para que o capital financeiro possa controlar os demais setores da sociedade.
- (B) a possibilidade de que políticas de natureza econômica e social, bem sucedidas no passado, possam incrementar medidas de recuperação do meio ambiente.
- (C) a descrença nas redes sociais e nos conhecimentos científicos da contemporaneidade em resolver problemas, que há muito afetam a vida humana.
- (D) a certeza de que a grande maioria da população começa a se fazer ouvir e a dar mostras de que muitos estão se mobilizando para equilibrar as relações entre as classes.
- (E) a pretensão do sociólogo em conjugar áreas de estudos, como o meio ambiente e as políticas globais, junção complexa, que demanda desafios e árdua dedicação.

**02.** A afirmação compatível com o que se expressa no último parágrafo é:

- (A) As características do ciberespaço são propícias à participação política, desde que os agentes das oligarquias continuem atuando nele.
- (B) Um modelo de participação política poderá surtir efeitos promissores se for deflagrado com critérios nos meios eletrônicos.
- (C) A representatividade democrática nas redes sociais perderá legitimidade porque alcançará dimensões planetárias dispersivas.
- (D) As esperanças de uma conscientização política serão vãs, já que a política se torna impraticável nas esferas planetárias das redes sociais.
- (E) O domínio das oligarquias está tão arraigado nas sociedades que qualquer projeto democrático está comprometido.

**03.** Completando-se o trecho – Não se sabe o que pode vir daqui para a frente; vivemos em um cenário fulcral, em que tudo parece confuso, ... – a alternativa que introduz ideia de concessão é:

- (A) e o leitor se pergunta que diabos está acontecendo com o mundo nos últimos anos e tenta, em vão, encontrar uma resposta.
- (B) é, por isso, que Abranches tem insistido em reunir estudos comparativos entre políticas globais e de meio ambiente.
- (C) embora as potencialidades do ciberespaço possam abrir modelos eficientes de participação política e democrática.
- (D) além disso, o fato de os oligopólios globais regularem a economia é um agravante que pode piorar a situação.
- (E) por essa razão tem-se a sensação completa de caos e desalento, o que produz muitas incertezas quanto ao futuro.

04. Os segmentos destacados nos trechos:

- I. Estruturas políticas *se encaminham lentamente para o leito de morte*.
- II. As leis de mercado são hoje um *eufemismo* para a combinação entre controle oligopolista e hegemonia do capital financeiro.
- III. O capitalismo *solapa* as democracias.

estão, correta e respectivamente, substituídos, quanto ao sentido, em

- (A) ... se esvaem paulatinamente. / ... atenuante ... / ... aniquila ...
- (B) ... se extinguem ligeiramente. / ... atrativo ... / ... dilui ...
- (C) ... definham pausadamente. / ... paradigma ... / ... instaura ...
- (D) ... se movimentam criteriosamente. / ... cânone ... / ... atualiza ...
- (E) ... se dissipam subitamente. / ... complicador ... / ... incrementa ...

05. Apresenta pontuação correta os textos apresentados na alternativa:

- (A) Nos últimos anos, o que afinal, anda acontecendo com o mundo! E futuramente o que virá.  
– A obra de Abranches, caro leitor formula repostas diabolicamente, complicadas.
- (B) Nos últimos anos, o que afinal anda acontecendo com o mundo. E futuramente o que virá?  
– A obra de Abranches caro leitor, formula repostas, diabolicamente complicadas.
- (C) Nos últimos anos o que afinal anda acontecendo, com o mundo! E, futuramente, o que virá?  
– A obra de Abranches, caro leitor formula, repostas, diabolicamente complicadas.
- (D) Nos últimos anos, o que, afinal, anda acontecendo com o mundo? E futuramente o que virá?  
– A obra de Abranches, caro leitor, formula repostas diabolicamente complicadas.
- (E) Nos últimos anos o que, afinal anda acontecendo com o mundo? E, futuramente o que virá.  
– A obra de Abranches caro leitor formula, repostas, diabolicamente, complicadas.

06. O trecho – Tal complicação deriva da pesquisa de Abranches. Ele tem se especializado em questões ambientais e políticas globais, conexão suficiente para produzir calvície e gastrite. – apresenta reescrita correta, quanto ao padrão normativo da regência e da crase, em:

- (A) Tal complicação remete a uma pesquisa de Abranches, que tem se dedicado às questões ambientais e políticas globais, conexão apta a produzir calvície e gastrite.
- (B) Tal complicação remete a uma pesquisa de Abranches, que tem se dedicado as questões ambientais e políticas globais, conexão apta à produzir calvície e gastrite.
- (C) Tal complicação remete à uma pesquisa de Abranches, que tem se dedicado as questões ambientais e políticas globais, conexão apta a produzir calvície e gastrite.
- (D) Tal complicação remete a uma pesquisa de Abranches, que tem se dedicado as questões ambientais e políticas globais, conexão apta a produzir calvície e gastrite.
- (E) Tal complicação remete à uma pesquisa de Abranches, que tem se dedicado às questões ambientais e políticas globais, conexão apta à produzir calvície e gastrite.

07. Assinale a alternativa em que a inclusão do pronome com a preposição redundante em versão correta da frase, de acordo com a modalidade padrão.

- (A) Estaríamos vivendo a grande transição do século 21. / Século 21, a que estaríamos vivendo a grande transição.
- (B) O eixo político-ambiental está no cerne do livro. / Livro em cujo cerne está o eixo político-ambiental.
- (C) Estruturas velhas estão se encaminhando para o leito de morte. / Leito de morte, do qual as estruturas velhas estão se encaminhando.
- (D) Em livro ambicioso, sociólogo analisa incertezas do futuro. / Livro ambicioso, do qual o sociólogo analisa incertezas do futuro.
- (E) A humanidade precisa enfrentar o maior desafio em um futuro próximo. / Um futuro próximo, com o qual a humanidade precisa enfrentar o maior desafio.

08. Assinale a alternativa em que todos os verbos estão corretos, de acordo com o padrão de concordância.

- (A) Pode-se acreditar nas ciências contemporâneas? Biotecnologia, nanotecnologia, inteligência artificial, nada disso levam às benesses do futuro.
- (B) Conecta-se, nos estudos sobre a natureza da espécie, as descobertas da biologia evolucionista com a tradição filosófica. Dessa conexão vem nossa crença no futuro.
- (C) No mundo atual, 1% controlam o destino de bilhões de seres humanos. Esperanças... ainda haverão?
- (D) É preciso que se criem possibilidades no ciberespaço, condição para que as democracias vingam positivamente.
- (E) A crença do sociólogo no ciberespaço é legítima, desde que se torne produtivas as redes sociais.

09. Assinale a alternativa que completa, corretamente, as lacunas do trecho.

Se as ideias de Abranches \_\_\_\_\_ a ser adotadas, talvez elas \_\_\_\_\_ a ordem estabelecida. E, se os governos \_\_\_\_\_ o avanço das mudanças climáticas, talvez haja esperanças para o futuro da humanidade.

- (A) vierem, subvertem, deterem
- (B) virem, subvertam, deterem
- (C) vierem, subvertam, detiverem
- (D) vierem, subvertam, deterem
- (E) virem, subvertem, detiverem

10. Leia a tirinha para responder à questão de número 10.

### palestra sobre os novos tempos



Na tirinha, as palavras – papai, paizão e padraço – empregadas em sentido figurado, pertencem à mesma classe de palavras.

Assinale a alternativa em que há três palavras de sentido figurado, pertencentes à mesma classe de palavras.

- (A) O número de desempregados é o termômetro que avalia a saúde econômica de um país. Se o emprego despenca, a economia piora.
- (B) Ter uma religião é importante, em momentos difíceis, como os que vivemos. Um bom pastor sempre pode ensinar com sabedoria o seu rebanho.
- (C) É hora de virar o jogo e investir em ideias imaginativas contra a desesperança: que surjam bons atacantes.
- (D) O mercado é devorador, engole, cruel e pausadamente, as pessoas.
- (E) As águas do amor são como um oceano, mas, às vezes, como um lago.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Sobre o Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta.
- (A) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus*.
  - (B) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo de instrumento e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre.
  - (C) O ingresso de litisconsorte ativo pode ser admitido a qualquer tempo.
  - (D) Poderá ser concedida medida liminar que tenha por objetivo a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
  - (E) A sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente.
12. Sobre o controle de constitucionalidade, é correto afirmar:
- (A) em se tratando de controle difuso, não é possível a mitigação do princípio da nulidade caso a lei questionada seja declarada inconstitucional.
  - (B) na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, é defesa a concessão de medida cautelar.
  - (C) a noção de controle difuso de constitucionalidade, historicamente, deve-se à experiência austríaca.
  - (D) a ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta por todos os legitimados para a propositura da ação declaratória de inconstitucionalidade.
  - (E) o controle prévio ou preventivo realizado pelo poder judiciário se dá de modo incidental, pela via de exceção ou defesa.
13. A intervenção federal é um mecanismo previsto e regulamentado na Constituição, para evitar a secessão e garantir a indissolubilidade das unidades federativas. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.
- (A) É admitida a intervenção *per saltum*.
  - (B) É possível decretar intervenção federal para reorganização das finanças da unidade da federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de 2 anos consecutivos, ainda que existente motivo de força maior.
  - (C) No caso de requisição provocada pelo poder Judiciário, o Presidente da República possui discricionariedade na decretação da intervenção federal.
  - (D) No caso de desobediência a ordem ou decisão judicial, a decretação da intervenção dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Estado.
  - (E) Nas hipóteses de intervenção federal espontânea, o Presidente da República ouvirá, previamente, os Conselhos da República e o de Defesa Nacional, para opinarem a respeito, mas o Presidente possui discricionariedade para decidir pela decretação ou não da intervenção.
14. Com relação à organização político-administrativa e competências fixadas pela União para os entes federativos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
  - (B) Compete privativamente aos Estados fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
  - (C) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou por meio de concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei, permitindo-se a edição de medida provisória para sua regulamentação.
  - (D) Caso o Estado tenha legislado sobre normas gerais face à inexistência de normatização pela União, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual.
  - (E) É competência material dos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, excluindo-se o de transporte coletivo.

15. Sobre as Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) é constitucional lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- (B) o cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário-mínimo.
- (C) a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- (D) compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- (E) o serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

16. É correto afirmar sobre o Mandado de Injunção:

- (A) quando o documento necessário à prova do alegado encontrar-se em repartição ou estabelecimento público, havendo recusa em fornecê-lo, será ordenada, a pedido do impetrante, a exibição do documento no prazo de 5 (cinco) dias.
- (B) da decisão do Relator que indeferir a petição inicial, caberá embargos de declaração, em 5 (cinco) dias.
- (C) poderá ser conferida eficácia *ultra partes* ou *erga omnes* à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração.
- (D) a decisão que julgar procedente o mandado de injunção será dotada, via de regra, de eficácia *erga omnes*.
- (E) o mandado de injunção coletivo induz litispendência em relação aos casos individuais.

17. Supondo que o Deputado Federal X, 2 meses após vencer o pleito eleitoral, decida desvincular-se do Partido Y e aderir ao Partido Z, assinale a alternativa correta.

- (A) O Deputado poderá indicar como justa causa para a desfiliação partidária a ocorrência de mudança do programa partidário, ainda que não seja substancial, ou o desvio reiterado do programa.
- (B) O Partido Político ou o Ministério Público, na petição inicial que pugne pela desfiliação, além de expor o fundamento do pedido, deverá juntar prova documental da desfiliação e poderá arrolar no máximo até 5 (cinco) testemunhas e requerer outras provas.
- (C) Intentada a ação e transcorrido o prazo de 24 horas após a apresentação de defesa pelo Deputado X na ação, o Ministério Público Eleitoral, caso não seja o requerente, será ouvido no prazo de 24 horas.
- (D) Caso seja prolatada decisão interlocutória pelo Relator do Processo decretando a perda do Mandato do Deputado, este poderá interpor recurso.
- (E) No caso de propositura de ação objetivando a perda do mandato do Deputado, o prazo para que este responda a ação será de 8 dias, contados da citação.

18. Ao tratar sobre o exercício da função dos parlamentares e reconhecer algumas prerrogativas, impedimentos e incompatibilidades, a Constituição Federal prevê que

- (A) os deputados e senadores empossados poderão ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- (B) as imunidades de deputados ou senadores podem ser suspensas, a qualquer tempo, mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, caso verificada a quebra de decoro parlamentar.
- (C) a renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, se protocolada antes da decisão final, culminará no encerramento do processo.
- (D) os deputados e senadores poderão perder o mandato caso deixem de comparecer à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo no caso de licença ou missão por esta autorizada.
- (E) o Deputado ou o Senador licenciado, com remuneração, pela respectiva Casa, por motivo de doença, ou para tratar de interesse particular, não perderá o seu mandato, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

19. Com base nos caracteres gerais da Medida Provisória, assinale a alternativa correta.
- (A) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito processual do trabalho e direito tributário.
  - (B) Os requisitos da relevância e da urgência não podem ser analisados pelas Casas do Congresso Nacional, vez que se tratam de requisitos discricionários do Chefe do Executivo.
  - (C) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado.
  - (D) Após editada a medida provisória, o Presidente da República possui a discricionariedade de retirá-la da apreciação do Congresso Nacional, caso demonstre razões fundamentadas para tanto.
  - (E) Caso a medida provisória não seja deliberada no prazo de 120 dias, ocorrerá sua rejeição tácita e perderá sua eficácia desde a edição.
20. O Governador do Estado X objetiva decretar a intervenção no Município Y, e a Câmara Municipal solicita parecer do Procurador Jurídico sobre os requisitos de tal medida.
- De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) a intervenção estadual poderá ocorrer, caso o Município Y não tenha aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do desporto e da cultura.
  - (B) a intervenção poderá ocorrer, caso o Superior Tribunal de Justiça dê provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
  - (C) no caso de provimento da intervenção estadual pelo Tribunal de Justiça, não caberá a interposição de Recurso Extraordinário.
  - (D) cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos não retornarão a estes.
  - (E) caso o Município deixe de pagar, por 1 ano consecutivo, a dívida fundada, salvo motivo de força maior, a intervenção estadual poderá ser efetivada.
21. Tales da Silva, Prefeito do Município X, sofreu um grave acidente de carro em junho de 2016, culminando no seu falecimento. O Vice-Prefeito, Pedro Mileto, assumiu o cargo. Nas eleições de 2016, Mário Mileto, filho adotivo de Pedro Mileto, concorreu, pela primeira vez, ao cargo de Vereador no Município X. Nesse caso, é correto afirmar que Mário Mileto
- (A) era inelegível, uma vez que a Constituição Federal exige o prazo de pelo menos 2 anos após o término do mandato para que o filho concorra na mesma circunscrição que seu pai.
  - (B) era inelegível, já que o seu pai, na condição de Vice-Prefeito, sucedeu o titular dentro do período de seis meses antes do pleito eleitoral.
  - (C) poderia ser eleito, uma vez que a inelegibilidade reflexa prevista pela Constituição Federal não se aplica a parentes consanguíneos, mas aos cônjuges.
  - (D) poderia ser eleito, pois a regra de inelegibilidade somente se aplicaria caso a sucessão do seu pai como titular ocorresse 45 dias antes do pleito eleitoral.
  - (E) poderia ser eleito, uma vez que não há vedação para que o filho concorra às eleições no mesmo território de jurisdição de seu pai.
22. Ao tratar acerca da política urbana, a Constituição estabelece que
- (A) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de 15.000 habitantes.
  - (B) a função social da propriedade urbana será cumprida quando atender às exigências de ordenação da cidade expressas na lei orgânica municipal.
  - (C) para que se configure a usucapião especial urbana, exige-se posse ininterrupta e sem oposição, por 3 anos, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirindo-lhe o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
  - (D) é facultado ao poder público impor a penalidade de imposto progressivo ao proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que não promova o seu adequado aproveitamento.
  - (E) a lei orgânica municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

23. Segundo a regra atual da Constituição Federal, supondo que o servidor público de cargo efetivo municipal X, homem, atualmente com 65 anos de idade, decida se aposentar, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá se aposentar voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 15 anos de efetivo exercício no serviço público.
- (B) Caso seja professor no exclusivo exercício de atividade docente na educação infantil, poderá se aposentar voluntariamente, caso tenha contribuído por pelo menos 30 anos.
- (C) Não é possível a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, ainda que o servidor exerça atividade de risco, em atenção ao princípio da isonomia.
- (D) Independentemente do tempo de contribuição, por já ter atingido a idade de 65 anos, poderá se aposentar com o recebimento de proventos integrais.
- (E) Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, não serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência.

24. Considerando os enunciados a seguir listados, assinale o que corresponde corretamente ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.

- (A) A taxa progressiva de juros se aplica às contas vinculadas ao FGTS de trabalhadores qualificados como avulsos.
- (B) O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.
- (C) É inválida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
- (D) Na ação de exibição de documentos é cabível a aplicação de multa cominatória.
- (E) A recuperação judicial do devedor principal obsta o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.

25. Apesar de ser apontado como um fruto do Estado de Direito, o Direito Administrativo, enquanto objeto de preocupação especial dos operadores jurídicos, teve a sua formação intimamente atrelada à atividade da jurisprudência do Conselho de Estado Francês, que, reconhecendo a existência de peculiaridades que diferenciariam o regime jurídico das relações entre Estado e privados, identificaram e consagraram uma série de institutos próprios que caracterizariam esse ramo do Direito sem prévia intervenção legislativa.

Acerca do contencioso administrativo no sistema brasileiro, e os seus reflexos no sistema de controle, assinale a alternativa correta.

- (A) A forte influência dos doutrinadores franceses no Brasil se refletiu no modo de estruturação do contencioso administrativo, de modo que as decisões administrativas, em regra, não estão sujeitas a controle pelo Poder Judiciário.
- (B) A independência das esferas judicial e administrativa no sistema brasileiro implica na impossibilidade do administrado apresentar pedido de reclamação constitucional contra decisão administrativa sem que haja uma prévia provocação do Poder Judiciário em ação própria.
- (C) O sistema brasileiro, por inspiração americana, adotou o princípio da inafastabilidade da jurisdição, o que significa que o interesse de agir sempre estará presente numa ação ajuizada por um particular em face do Estado.
- (D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal identifica que em determinados casos pode ser exigido o prévio requerimento administrativo como condição para o reconhecimento do interesse de agir da ação judicial, desde que não se condicione o conhecimento da ação ao total esgotamento da esfera administrativa.
- (E) No contencioso administrativo brasileiro adotam-se princípios do processo civil, como o da vedação da *reformatio in pejus*, de modo que apresentado o recurso administrativo, o responsável pela interposição não pode ter a sua situação prejudicada no novo julgamento.

26. A Administração deve sempre ter por objetivo adotar a melhor forma de organização de suas atividades, com vistas a otimizar o acesso dos administrados às utilidades fornecidas pelo Estado. A respeito das diversas formas de organização administrativa, assinale a alternativa correta.
- (A) A desconcentração administrativa resulta na criação de uma pessoa jurídica própria para o exercício de determinada competência e pode ocorrer tanto no âmbito da Administração Direta como na Administração Indireta.
  - (B) A descentralização administrativa pode ocorrer por contrato ou por lei e a partir dela é constituída uma relação de hierarquia entre a entidade delegante da atividade e a entidade a quem foi delegada a sua execução.
  - (C) A descentralização pode ser realizada por delegação, situação em que a Administração transfere o exercício de determinada atividade, por tempo determinado, a um outro sujeito por meio de um contrato.
  - (D) A desconcentração administrativa consiste em mecanismo de distribuição interna de competências, normalmente atribuídas a órgãos públicos, que, em razão de sua autonomia, passam a se sujeitar a um controle finalístico ou de supervisão.
  - (E) Os conceitos de desconcentração e descentralização administrativa são utilizados, pela doutrina, como sinônimos, uma vez que refletem um mesmo modo de organização da burocracia estatal.
27. Suponha-se que o Prefeito de Sumaré submeta à Câmara Municipal projeto de lei visando instituir uma agência reguladora cuja competência seja fiscalizar os serviços prestados por concessionárias de serviços públicos no âmbito da Municipalidade. O Presidente da Câmara, buscando obter subsídios para os debates do projeto na Casa, convoca Procurador da Câmara para discutir o assunto. Considerando o instituto das agências reguladoras no sistema brasileiro, é correto o Procurador afirmar que
- (A) a lei pode atribuir a competência para a agência resolver conflito entre os atores do setor regulado.
  - (B) a agência deverá se submeter ao controle hierárquico do Poder Executivo, em respeito ao princípio democrático.
  - (C) a agência somente pode ser constituída caso haja expressa permissão no texto da Lei Orgânica.
  - (D) é vedada a instituição de taxas regulatórias em favor da agência, uma vez que a sua autonomia acentuada em face do Poder Executivo não é recomendável.
  - (E) as agências adotam, no Brasil, a estrutura de pessoas jurídicas de direito privado ante a necessidade de flexibilidade para regular os setores.
28. Os gestores, especialmente no início de mandatos eletivos, vêm utilizando a contratação de agentes para atender à necessidade temporária de excepcional interesse coletivo. Com base nas regras constitucionais reguladoras do instituto e do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Os agentes públicos temporários firmam contratos de trabalho com a Administração, sendo os eventuais processos que discutam os termos da relação submetidos à competência da Justiça do Trabalho.
  - (B) Os contratos firmados com agentes temporários não se submetem aos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que não impede a aplicação dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal, especialmente quando há sucessivas prorrogações.
  - (C) Os agentes temporários são segurados, durante o período do contrato, pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), caso existente no âmbito da Administração local.
  - (D) Apesar da regra constitucional prever a temporariedade da prestação do serviço, o Supremo Tribunal Federal entende que é constitucional lei que admita a celebração de contratos nessas condições por tempo indeterminado.
  - (E) O Supremo Tribunal Federal admite, em regra, que a contratação temporária seja utilizada para o exercício de funções meramente burocráticas, não havendo a necessidade de que a situação seja excepcional e transitória.
29. A respeito do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.
- (A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
  - (B) O uso de prova decorrente de interceptação telefônica é vedado no processo administrativo disciplinar, mesmo que obtida licitamente no processo criminal.
  - (C) A participação do servidor é indispensável na fase de investigação, ainda que desse procedimento não possa resultar a aplicação de punição.
  - (D) Em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, o ato disciplinar pode ser analisado pelo Poder Judiciário, que deverá aplicar pena mais branda, quando cabível.
  - (E) É vedado o agravamento de penalidade imposta a servidor público após o encerramento de processo disciplinar por decisão definitiva da autoridade competente, ainda que a Administração tenha aplicado pena mais branda em desconformidade com a lei.

**30.** O contrato administrativo, segundo parcela da doutrina, é caracterizado por possuir cláusulas exorbitantes, que seriam condições especiais aplicáveis aos contratos da Administração cuja incidência não encontraria paralelo com os contratos firmados entre privados.

A respeito do regime de cláusulas exorbitantes disciplinado na Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração pode, unilateralmente, suprimir 50% do valor inicial do contrato de reforma de edifício ou de equipamento.
- (B) O poder de alteração unilateral de cláusulas contratuais, pela Administração, abrange a possibilidade de modificar o equilíbrio econômico-financeiro, sempre que favorável ao interesse público.
- (C) O atraso superior a 90 dias dos pagamentos pela Administração autoriza a extinção unilateral do contrato administrativo pelo particular, dispensada a intervenção do Judiciário.
- (D) A fiscalização do contrato pela Administração não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado por eventuais danos decorrentes do contrato causados a terceiros.
- (E) A Administração não dispõe do poder de rescindir unilateralmente um contrato administrativo, mesmo quando observado o inadimplemento da prestação pelo contratado.

**31.** A respeito do pregão, assinale a alternativa correta.

- (A) O pregão é modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns cujo valor não ultrapasse R\$ 650.000,00.
- (B) No pregão, a fase de habilitação é sempre anterior à fase de julgamento das propostas.
- (C) A Administração poderá realizar pregão utilizando o tipo “menor preço” ou “técnica e preço”.
- (D) É admitida a exigência de garantia de proposta como condição para participação de licitação.
- (E) O pregoeiro pode negociar diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar para que seja obtido preço melhor.

**32.** A respeito da revogação e da anulação de procedimentos licitatórios e de contratos administrativos, com base na Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar quando não iniciada a execução do contrato.
- (B) A nulidade do procedimento licitatório não induz à do contrato quando esse, em si, estiver de acordo com a legislação.
- (C) A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá anular a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.
- (D) Quando há rescisão por culpa do contratado, a Administração deverá ajuizar ação própria para reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do prejuízo causado.
- (E) No caso de desfazimento do processo licitatório, a Administração poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa.

**33.** Suponha-se que a Câmara Municipal instaure procedimento administrativo disciplinar em face de servidor público com base em denúncia na qual se afirma que o agente está praticando atos com a finalidade de enriquecer ilícitamente em função do exercício de suas atividades no Poder Legislativo. A Comissão responsável pelo julgamento do processo entende que houve a prática de ato de improbidade administrativa, recomendando a demissão a bem do serviço público.

A respeito da situação hipotética e com base na Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa correta.

- (A) Comprovado o enriquecimento ilícito do servidor, é desnecessária a comprovação de dolo ou culpa para que os seus atos se enquadrem como improbidade administrativa.
- (B) A Administração, diante da suspeita de improbidade, deverá oficiar ao Ministério Público para que ingresse com a ação, uma vez que o Município não dispõe de titularidade para ajuizar ação de improbidade.
- (C) A denúncia apresentada à Administração por suspeita de improbidade administrativa será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- (D) Somente com o encerramento do processo administrativo poderá a Comissão processante representar ao Ministério Público ou à procuradoria oficiante para que requeira o sequestro de bens.
- (E) O Município, caso autorizado pelo Ministério Público, poderá transacionar para reaver os prejuízos eventualmente suportados, ficando a pena do agente causador dos danos, nesse caso, reduzida.

34. Com a finalidade de otimizar o acesso da população a determinado bairro da cidade, a Prefeitura de Sumaré planeja criar um túnel, trazendo inegáveis benefícios para o fluxo do trânsito da localidade. Contudo, o engenheiro da Prefeitura, na fase de elaboração básica do projeto, observa que a obra somente será viável caso sejam desapropriados cinco imóveis lindeiros à pista, o que leva o Prefeito a decretar a utilidade pública desses bens.

Considerando a situação hipotética e o Decreto nº 3.365/1941, é correto afirmar que

- (A) a publicação do Decreto é suficiente para que a Administração notifique os proprietários e, em seguida, proceda a imissão provisória na posse, mesmo que não haja a concordância dos expropriados, em razão da autoexecutoriedade dos atos da Administração.
- (B) com a publicação do Decreto, as autoridades administrativas ficam autorizadas a entrarem nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial.
- (C) após a declaração da utilidade pública, a Administração não pode conceder licenças à realização de obras no imóvel; caso concedida licença após tal marco, deverá indenizar o proprietário pelas benfeitorias realizadas.
- (D) o prazo para a caducidade da declaração de utilidade pública é de cinco anos, findo o qual não poderá mais o Município indicar os imóveis como objeto de nova declaração de utilidade pública.
- (E) após a declaração da utilidade pública, o proprietário do bem deverá ser indenizado pelas benfeitorias úteis, necessárias e, caso haja concordância da Administração, voluptuárias.

35. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a Lei de Diretrizes Orçamentárias

- (A) conterá as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (B) indicará as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- (C) indicará todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- (D) conterá demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.
- (E) apontará as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

36. Com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido de acesso a informações a órgãos e entidades públicas dispensa a identificação do interessado.
- (B) É válida a imposição de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse públicas.
- (C) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- (D) A Administração poderá fornecer o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia, caso atendido o interesse público.
- (E) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua ciência.

## DIREITO CIVIL

37. Determinado projeto de lei ordinária, após regular processo legislativo, foi enviado ao Presidente da República para sanção. O Presidente, no entanto, permaneceu inerte, deixando de sancioná-lo ou vetá-lo, total ou parcialmente. O projeto de lei nada dispunha sobre a *vacatio legis*, e seu texto foi oficialmente publicado 25 (vinte e cinco) dias após o recebimento do projeto de lei pelo Presidente. No entanto, 3 (três) dias após a publicação original, o texto foi novamente publicado para corrigir erros da publicação anterior. Nesse cenário, é correto afirmar que

- (A) a *vacatio legis* terá o prazo especial de 90 (noventa) dias, em razão da inércia do Presidente da República, a contar da segunda publicação oficial.
- (B) a *vacatio legis* será de 60 (sessenta) dias, a contar do prazo final para que o Presidente da República sancionasse ou vetasse a lei.
- (C) a *vacatio legis* será de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da segunda publicação oficial.
- (D) a *vacatio legis* será de 60 (sessenta) dias, a contar da segunda publicação oficial.
- (E) a *vacatio legis* será de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da primeira publicação oficial.

38. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:
- (A) haver sido proferida por juiz competente; terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado, e, por fim, ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (B) haver sido proferida por juiz competente; terem sido as partes citadas pessoalmente; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado, e, por fim, ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (C) existência de tratado internacional com o país no qual foi proferida a sentença; não ter corrido o processo à revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado, e, por fim, ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (D) haver sido proferida por juiz competente, em país que adota o sistema romano-germânico (*civil law*); terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; ter passado em julgado ou perder julgamento de recurso não dotado de efeito suspensivo; estar traduzida por intérprete autorizado, e, por fim, ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (E) existência de tratado internacional com o país no qual foi proferida a sentença; haver sido proferida por juiz competente; terem sido as partes citadas pessoalmente; estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado, e, por fim, ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, a depender da matéria.
39. Ao analisar determinada lei ordinária, constata-se o seguinte trecho: “O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:”.
- De acordo com a nomenclatura adotada pela Lei Complementar nº 95/98, tal trecho é denominado
- (A) epígrafe, que integra a parte preliminar.
  - (B) preâmbulo, que integra a parte normativa.
  - (C) epígrafe, que integra a parte normativa.
  - (D) preâmbulo, que integra a parte preliminar.
  - (E) epígrafe, que está dissociada das partes estruturais básicas.
40. Assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) e da Lei Complementar nº 95/98.
- (A) Constitui princípio da estruturação das leis, que cada lei deverá tratar de um único objeto, ressalvada a possibilidade da existência de codificações.
  - (B) As leis complementares terão sua numeração iniciada a partir da promulgação da Constituição Federal.
  - (C) Em caso de repristinação, tal determinação deve constar no primeiro artigo do texto de lei.
  - (D) A cláusula de revogação deve enumerar expressamente as leis revogadas, sendo vedada, no direito brasileiro, a revogação tácita de leis.
  - (E) Havendo *vacatio legis*, o cômputo deste prazo não incluirá a data da publicação da lei, passando a correr a partir do dia útil imediatamente subsequente.
41. Assinale a alternativa correta sobre a articulação e redação das leis.
- (A) Os incisos serão representados por algarismos arábicos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos romanos.
  - (B) Na redação do texto legal deve-se dar preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente.
  - (C) Em busca da clareza do texto legal, deve-se utilizar frases longas, completas e com correta pontuação.
  - (D) Nas leis municipais e estaduais deve-se privilegiar os termos e expressões do local ou região.
  - (E) Os parágrafos podem desdobrar-se em incisos ou em alíneas.

42. Dispõe o artigo 50 do Código Civil de 2002 que “*Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.*”.

Determinado projeto de lei pretende incluir novo dispositivo no Código Civil de 2002, versando sobre a descon sideração inversa da personalidade jurídica. Pretende o legislador incluir o novo dispositivo em local próximo ao artigo 50 do código, facilitando aos cidadãos e aos operadores do direito o estudo do tema. Nesse panorama, é correto afirmar que

- (A) o legislador não poderá inseri-lo imediatamente após o artigo 50, apesar da conveniência, devendo alocá-lo ao final do código.
- (B) o legislador não poderá inseri-lo imediatamente após o artigo 50, mas poderá inserir a disposição como parágrafo do artigo 50.
- (C) o artigo deverá receber o número 51, renumerando-se os artigos subsequentes do código.
- (D) o artigo deverá receber o número 50-A.
- (E) o artigo deverá receber o número 50-II.

43. Assinale a alternativa correta sobre contratos.

- (A) A proposta de contrato não obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- (B) O contrato de seguro não se enquadra, essencialmente, no conceito de contrato aleatório.
- (C) A cláusula que diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção deve ser redigida em destaque, sob pena de nulidade.
- (D) Nos contratos por adesão celebrados na relação cível paritária, não são nulas as cláusulas ambíguas ou contraditórias.
- (E) Nos contratos preliminares é presumida a existência de cláusula de arrependimento em benefício de todos os contratantes.

44. A empresa 123 *Eventos* e Fábio firmaram, no ano 2000, contrato de prestação de serviços, por prazo indeterminado, por meio do qual Fábio prestava assessoria em informática para a empresa. Uma das obrigações contratuais de Fábio era enviar, quinzenalmente, um relatório descritivo das tarefas realizadas naquele período. Fábio nunca enviou os relatórios e o representante legal da empresa também nunca os exigiu. Em 2017, a 123 *Eventos* exigiu todos os relatórios, desde o início da prestação dos serviços, ameaçando cobrar a multa estipulada em cláusula penal caso Fábio não atendesse à solicitação. Fábio apontou que não poderia atender ao pedido e argumentou que durante os 17 (dezesete) anos de vigência do contrato, tal obrigação jamais havia sido exigida. Desse modo, concluiu Fábio que a obrigação contratual não seria mais exigível. A argumentação e conclusão de Fábio têm suporte, em tese,

- (A) na vedação ao comportamento contraditório.
- (B) na teoria do adimplemento substancial.
- (C) na função social dos contratos.
- (D) na presumida vulnerabilidade do fornecedor pessoa física.
- (E) no instituto da *suppressio*.

45. Compreende-se por direito de seqüela

- (A) a prerrogativa do lesado de pleitear indenização do autor do dano.
- (B) o exercício do direito de retenção sobre bens alheios, quando o devedor não comprovar sua condição de solvente.
- (C) a prerrogativa do devedor de exigir que o credor tome as medidas necessárias para mitigar o próprio dano.
- (D) as medidas adotadas pelo credor para evitar que o devedor aliene bens antes de adimplir sua dívida.
- (E) a prerrogativa do credor de excutir a garantia, esteja ela sob a propriedade de quem for.

46. Assinale a alternativa correta sobre a hipoteca.

- (A) Executada a garantia, se o produto não bastar para satisfação do crédito, fica o devedor exonerado do pagamento do remanescente.
- (B) Em caso de inadimplemento da obrigação pelo devedor, o credor hipotecário tem a prerrogativa de ter para si a propriedade do objeto da garantia.
- (C) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.
- (D) O registro da hipoteca convencional valerá pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, findo o qual só será mantido o número anterior se reconstituída por novo título e novo registro.
- (E) A alienação do imóvel hipotecado depende da expressa anuência do credor hipotecário.

47. Assinale a alternativa correta sobre a propriedade e sua utilização.
- (A) O direito do proprietário de não ter prejudicado o seu sossego prevalece sobre o interesse público que poderia justificar determinada poluição sonora.
  - (B) É lícito privar o proprietário de sua faculdade de usar o bem por requisição decorrente de perigo público iminente.
  - (C) No direito brasileiro o abandono, pelo proprietário, não é causa de perda da propriedade.
  - (D) A propriedade é princípio da ordem econômica, razão pela qual o exercício do direito de propriedade não pode sofrer limitações.
  - (E) O proprietário não tem o direito de exigir do dono do prédio vizinho a sua demolição, ainda que este ameace ruína.
48. Assinale a alternativa correta sobre o patrimônio de afetação, de acordo com as disposições da Lei nº 4.591/1964.
- (A) Em caso de decretação de falência do incorporador, o administrador judicial da falência ficará responsável pela obra e por todas as providências inerentes à sua continuação ou à liquidação do patrimônio de afetação.
  - (B) No caso de cessão de direitos creditórios provenientes da comercialização das unidades imobiliárias componentes da incorporação, o produto da cessão não integrará o patrimônio de afetação.
  - (C) A constituição do patrimônio de afetação independe de averbação ou registro no competente Cartório de Registro de Imóveis, sendo suficiente a declaração escrita, pelo incorporador, da opção pelo regime da afetação.
  - (D) Os bens integrantes do patrimônio de afetação poderão ser objeto de garantia real em operação de crédito cujo produto seja destinado à consecução da edificação correspondente, ou a outra edificação que também esteja submetida ao regime da afetação.
  - (E) A contratação de financiamento com a transmissão ao credor da propriedade fiduciária sobre as unidades imobiliárias integrantes da incorporação não implica a transferência, ao credor, das obrigações e reponsabilidades do incorporador ou do construtor.
49. Assinale a alternativa correta sobre o processo de registro, de acordo com a Lei nº 6.015/1973.
- (A) A suscitação de dúvida ocorre de ofício pelo oficial, não tendo lugar por solicitação do apresentante do título.
  - (B) No procedimento de dúvida há necessária intervenção do Ministério Público.
  - (C) Cessarão os efeitos da prenotação se, decorridos 90 (noventa) dias do seu lançamento no protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
  - (D) A decisão do procedimento de dúvida tem natureza jurisdicional, implicando em coisa julgada.
  - (E) Protocolado determinado título, proceder-se-á ao registro no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
50. Na locação de bens imóveis, são requisitos necessários para vigência da locação em caso de alienação do imóvel, cumulativamente:
- (A) locação por prazo determinado, cláusula contratual de vigência em caso de alienação e averbação junto à matrícula do imóvel.
  - (B) cláusula contratual de vigência em caso de alienação, contrato escrito por prazo mínimo de 5 (cinco) anos.
  - (C) cláusula contratual de vigência em caso de alienação e contrato escrito por prazo máximo de 5 (cinco) anos.
  - (D) cláusula contratual de vigência em caso de alienação, averbação junto à matrícula do imóvel e contrato por prazo máximo de 5 (cinco) anos.
  - (E) cláusula contratual de vigência em caso de alienação, averbação junto à matrícula do imóvel e contrato por prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

- 51.** Havendo interposição do agravo de instrumento, verificando a falta de cópia de qualquer peça obrigatória, o relator deverá
- (A) inadmitir o recurso.
  - (B) não conhecer do recurso.
  - (C) receber o recurso e determinar sua complementação.
  - (D) conhecer do recurso e determinar que a serventia complemente a documentação.
  - (E) conceder ao agravante prazo de cinco dias para a complementação da documentação.
- 52.** O recurso cabível quando qualquer decisão judicial deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento é:
- (A) Apelação.
  - (B) Agravo de instrumento.
  - (C) Agravo interno.
  - (D) Embargos de declaração.
  - (E) Recurso especial ou extraordinário.
- 53.** Assinale a alternativa correta sobre a legitimidade ativa na ação civil pública.
- (A) Associação tem legitimidade ativa para defender os interesses dos associados que o eram ao tempo do ajuizamento da ação de conhecimento.
  - (B) A Defensoria Pública somente tem legitimidade para defender os interesses individuais homogêneos dos que sejam carentes de recursos econômicos.
  - (C) Havendo a dissolução da associação titular da ação, poderá haver a substituição do polo ativo por outra associação, que tenha interesses comuns a ambas.
  - (D) O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.
  - (E) Somente associação de estudantes tem legitimidade para ajuizar ação civil pública com o objetivo de garantir o acesso a critérios de correção de provas de concurso público.
- 54.** Em mandado de segurança caberá o pagamento
- (A) de custas e honorários advocatícios pela parte sucumbente.
  - (B) de honorários advocatícios, uma vez que não há adiantamento de custas, para a parte sucumbente.
  - (C) do décuplo das custas adiantadas pelo impetrante, se a segurança for concedida.
  - (D) de honorários advocatícios apenas se a segurança for concedida.
  - (E) de custas pelo impetrante se a ordem for denegada.
- 55.** Ação do controle concentrado, destinada a combater o desrespeito aos conteúdos mais importantes da Constituição, praticados por atos normativos ou não normativos, quando não houver outro meio eficaz. Esta afirmação diz respeito à
- (A) ação civil pública.
  - (B) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
  - (C) declaração incidental de inconstitucionalidade.
  - (D) ação declaratória de constitucionalidade.
  - (E) ação direta de inconstitucionalidade.
- 56.** Quando o Tribunal de Justiça, em sede de recurso de apelação, reformar decisão de indeferimento da petição inicial, o prazo para o réu contestar começará a correr da
- (A) publicação do acórdão.
  - (B) juntada da citação.
  - (C) intimação do retorno dos autos.
  - (D) intimação determinando a contestação.
  - (E) audiência de conciliação ou mediação.
- 57.** Arrolada a testemunha, caberá ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada. A intimação será feita por via judicial quando:
- (A) sempre que for requerida pela parte interessada.
  - (B) a testemunha houver sido arrolada pela Defensoria Pública.
  - (C) for de difícil acesso a localização da testemunha.
  - (D) houver inércia da parte interessada.
  - (E) a audiência for redesignada.

- 58.** Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta.
- (A) Somente quem foi parte no processo ou o seu sucessor tem legitimidade para propô-la.
  - (B) Com a petição inicial deverá ser depositada a importância total sobre o valor da causa.
  - (C) Sua propositura impede o cumprimento da decisão rescindenda.
  - (D) A ação pode ter por objeto apenas um capítulo da decisão rescindenda.
  - (E) O réu será citado para contestar a ação no prazo de quinze dias.
- 59.** Em relação aos prazos recursais, assinale a alternativa correta.
- (A) Será considerado intempestivo o recurso apresentado antes do termo inicial do prazo.
  - (B) É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.
  - (C) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
  - (D) Se a parte falecer no decorrer do prazo recursal não haverá sua suspensão ou interrupção.
  - (E) O prazo para responder ao agravo de instrumento é de dez dias, contados da intimação do advogado.
- 60.** Considerando que na contestação é lícito ao réu propor reconvenção, assinale a alternativa correta.
- (A) Poderá ser proposta contra o autor e terceiro.
  - (B) Inadmite litisconsórcio ativo.
  - (C) Somente será conhecida se oferecida com a contestação.
  - (D) A desistência da ação implica na extinção da reconvenção.
  - (E) Não oferecida com a contestação, preclui o direito do réu quanto ao direito contraposto.
- 61.** Havendo julgamento antecipado parcial do mérito, o recurso cabível para a parte interessada é:
- (A) Apelação.
  - (B) Apelação, quando julgada a ação toda, sem preclusão do julgamento parcial.
  - (C) Pedido de reconsideração.
  - (D) Agravo retido.
  - (E) Agravo de instrumento.
- 62.** A prática eletrônica processual, o que inclui o peticionamento eletrônico, pode ocorrer, para a validade do ato para fins de contagem do prazo:
- (A) das seis às vinte horas.
  - (B) das nove às dezessete horas.
  - (C) dentro do horário forense estabelecido pela Comarca.
  - (D) no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme estabelecido na lei de organização judiciária.
  - (E) em qualquer horário até as vinte e quatro horas do último dia do prazo.
- 63.** A citação por edital será feita quando
- (A) desconhecido ou incerto o citando.
  - (B) requerido pela parte autora.
  - (C) o réu residir fora do país.
  - (D) o recomendar o oficial de justiça.
  - (E) a causa tiver como objeto interesse público.
- 64.** Sobre as nulidades processuais, assinale a alternativa correta.
- (A) É anulável o processo quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar feito em que deveria intervir.
  - (B) A nulidade do ato deve ser alegada em qualquer caso na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
  - (C) O erro de forma do processo acarreta a nulidade dos atos que já foram praticados, sem qualquer aproveitamento.
  - (D) As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.
  - (E) A nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras, mesmo que delas seja independente.

## DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

65. Tem legitimidade para tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial,
- (A) a associação constituída há pelo menos um ano.
  - (B) a Defensoria Pública.
  - (C) o partido político com representação no Congresso Nacional.
  - (D) a Câmara Municipal.
  - (E) a Procuradoria Geral do Município.
66. A assistência à saúde
- (A) é livre à iniciativa privada.
  - (B) exclui a participação direta de capital estrangeiro.
  - (C) impõe que hospitais gerais sejam mantidos por ente público.
  - (D) obriga a internação domiciliar quando houver exigência médica.
  - (E) permite a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa.
67. Sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, assinale a alternativa correta.
- (A) A internação será obrigatória quando tiver como finalidade a reinserção social do paciente em seu meio.
  - (B) Terceiro poderá requerer o término da internação voluntária, independentemente da vontade do paciente.
  - (C) A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual.
  - (D) É permitida a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares.
  - (E) A internação psiquiátrica independe de laudo médico, desde que autorizada judicialmente.
68. No que diz respeito ao uso de poço artesiano e o direito de acesso às águas subterrâneas, em edificação permanente urbana, na forma tratada pela Lei nº 11.445/07, que regula o saneamento básico, assinale a alternativa correta.
- (A) Sendo de competência municipal o saneamento básico, caberá à municipalidade regular e autorizar o uso de poços artesianos.
  - (B) Tratando-se de recurso natural, é livre a exploração de águas subterrâneas para o uso doméstico.
  - (C) Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água, observadas as normas legais.
  - (D) A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água poderá ser também alimentada pelo poço artesiano.
  - (E) Considerando que, toda edificação será conectada às redes públicas de abastecimento de água, veda-se a construção de poço artesiano em área urbana.
69. Contra ato de gestão comercial da Administração Pública,
- (A) caberá mandado de segurança, desde que presentes os requisitos legais.
  - (B) caberá mandado de segurança, desde que emanado por servidor investido de autoridade pública.
  - (C) caberá mandado de segurança, desde que na modalidade preventiva, por imposição legal.
  - (D) não caberá mandado de segurança, porque a Administração não pratica este tipo de ato, típico da administração privada.
  - (E) não caberá mandado de segurança, porque não possui o requisito da supremacia sobre o destinatário, daí a proibição legal.
70. Considerando-se servidora pública em situação de violência doméstica, para preservar sua integridade física e psicológica, o juiz assegurará a ela:
- (A) manutenção do vínculo como servidora por seis meses, afastando-a do local de trabalho.
  - (B) encaminhamento prioritário a grupo de apoio psicológico e social fornecido por ente público.
  - (C) nomeação de defensor público para atendimento no âmbito administrativo e judicial.
  - (D) acesso prioritário à remoção quando integrante da Administração direta ou indireta.
  - (E) atendimento especializado pela autoridade policial competente, no cumprimento de medida protetiva.

71. Sobre a ação popular, assinale a alternativa correta.
- (A) A sentença de procedência está sujeita ao duplo grau de jurisdição.
  - (B) Das decisões interlocutórias caberá agravo na forma retida.
  - (C) As partes só pagarão custas e preparo a final.
  - (D) A sentença que julgar a lide manifestamente temerária condenará o autor ao pagamento de multa a um fundo público.
  - (E) A Justiça Federal é sempre competente para apreciar, processar e julgar, ação que tenha como fundamento ato de origem municipal.

72. Na ação civil pública, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*

- (A) ainda que declarada a improcedência.
- (B) exceto no caso de litigância por má-fé.
- (C) quando houver improcedência liminar do pedido.
- (D) apenas quando ocorrer o recolhimento das custas.
- (E) nos limites da competência territorial do órgão prolator.

73. O registro de loteamento poderá ser cancelado

- (A) a pedido de qualquer adquirente de um lote.
- (B) por decisão judicial.
- (C) por homologação.
- (D) por requerimento do loteador, antes da venda de todos os lotes.
- (E) por decisão do Registro Imobiliário.

74. O inquérito civil público

- (A) é procedimento administrativo com natureza inquisitiva.
- (B) tem natureza jurídica judicial, devendo respeitar a ampla defesa.
- (C) apresenta uma conclusão, que leva à sua execução judicial.
- (D) inviabiliza a ação nele fundamentada ao conter vícios em sua condução.
- (E) não admite arquivamento sem sua conclusão.

75. Considerando apenas a veiculação do anúncio com publicidade enganosa, feita em televisão, de remédio que promete o emagrecimento de 5 kg por dia, sem comprometimento à saúde dos usuários, é correto afirmar que há ofensa a direito(s):

- (A) individual homogêneo.
- (B) individual heterogêneo.
- (C) difusos e coletivos.
- (D) coletivos.
- (E) difusos.

76. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de

- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos 5 aos 18 anos de idade.
- (B) educação infantil gratuita às crianças de até 6 anos de idade.
- (C) atendimento exclusivo em rede pública para educandos com deficiência até o ensino fundamental.
- (D) acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.
- (E) vaga na escola pública de educação infantil até 1 km de distância de sua residência.

#### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SUMARÉ

77. São considerados legitimados para propor Emenda à Lei Orgânica do Município de Sumaré:

- (A) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e 1% (um por cento) da população local.
- (B) o Prefeito, um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e o eleitorado, por meio de proposta de 5% (cinco) por cento dos seus componentes.
- (C) o Prefeito, o Presidente da Câmara e um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (D) o Prefeito, o Presidente da Câmara e um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e o eleitorado, por meio de proposta de 5% (cinco) por cento dos seus componentes.
- (E) o Prefeito, o Presidente da Câmara, um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e os líderes das Maiorias.

**78.** Com base na Lei Orgânica do Município de Sumaré, compete ao Prefeito

- (A) prover todos os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores do Município, inclusive os pertencentes à Câmara Municipal.
- (B) aprovar projetos de edificações, planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano, obedecidas as normas urbanísticas.
- (C) alienar, onerar ou conceder o uso de imóveis municipais, por ato do Poder Executivo.
- (D) dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos, mediante prévia consulta plebiscitária.
- (E) autorizar a disposição, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital em que o Município tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

**79.** Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Sumaré, assinale a alternativa correta.

- (A) A Câmara Municipal instalar-se-á em 02 de fevereiro de cada legislatura, em sessão solene, sob a presidência do Presidente da Câmara da legislatura anterior.
- (B) O exercício do mandato de vereador dar-se-á quinze dias após a posse, podendo o prazo ser prorrogado por requerimento do interessado.
- (C) A recusa do Vereador eleito a tomar posse, importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente da Câmara, após o decurso do prazo de 15 dias, declarar extinto o mandato e convocar o respectivo suplente.
- (D) Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Presidente da Câmara Municipal.
- (E) A recusa do Prefeito eleito a tomar posse, importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente da Câmara, após o decurso do prazo de 15 dias, declarar extinto o mandato.

**80.** São prerrogativas e direitos dos Vereadores, conforme disciplinado pelo Regimento Interno,

- (A) a remuneração mensal não inferior a quatro salários-mínimos.
- (B) a responsabilização civil por suas palavras, ainda que no exercício do mandato.
- (C) obedecer às normas regimentais.
- (D) as licenças.
- (E) agir com respeito ao Executivo e Legislativo.

